

# Partidos rejeitam proposta do Governo

Edson Gês

**Andrei Meireles**

Os partidos políticos, inclusive governistas, reagiram negativamente ao projeto do Governo que cria novas alíquotas e aumenta as atuais da Previdência Social. O ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, que esteve, ontem, no Congresso e conversou pessoalmente e por telefone com vários parlamentares, sentiu a reação e a atribuiu a uma primeira impressão que seria alterada quando os políticos forem informados sobre a gravidade da situação. Passarinho abriu a perspectiva de mudanças no projeto no processo de negociação: "O Congresso pode alterar o que quiser, mas o fato é que temos de obter cerca de Cr\$ 11 trilhões para pagar a conta da concessão dos 147% aos aposentados". O líder do PMDB na Câmara, deputado Genebaldo Correia, afirmou que seu partido "difícilmente" votará a favor de qualquer dos itens anunciados do projeto. O deputado Henrique Eduardo Alves, seu vice-líder, foi taxativo: "É o pesadelo do verão". O líder do PDS na Câmara, deputado Victor Faccioni, aliado do Planalto, atribuiu a situação à incompetência do próprio Governo e previu que seu partido, o mesmo de Passarinho, votará contra a proposta do Executivo.

A reação mais moderada foi a do PDT. O senador Maurício Corrêa, líder do partido no Senado, após uma longa conversa com Passarinho, observou que "alguma coisa tem de ser feita. Vamos examinar o projeto e seria precipitado dizer se vamos aprová-lo ou não". O PT, divulgando dados conflitantes com os do Governo, requereu, ontem, na Comissão Representativa do Congresso, que o Tribunal de

Contas da União faça uma auditoria extraordinária nas despesas e receitas da Previdência Social.

Genebaldo Correia, baseado em estudo do deputado Antônio Britto, do PMDB do Rio Grande do Sul, condicionou a análise do projeto por seu partido a um amplo e profundo estudo dos números do Governo sobre o déficit que o pagamento dos 147% provocará na Previdência Social. "Sem isto, não há sequer como examinar o projeto", justificou. O ministro Passarinho prometeu enviar ao Congresso todos os números, "porque o Governo é transparente", e manifestou a expectativa de que, ao tomarem conhecimento deles, os parlamentares compreendam a necessidade de aprovar a proposta do Executivo.

Ontem, Passarinho chegou pontualmente às 17h00 ao gabinete da Presidência do Senado com a mensagem presidencial convocando extraordinariamente o Congresso Nacional, mas frustrou os parlamentares presentes por não ter levado junto o projeto sobre a Previdência Social. "O texto ainda não está pronto, mas será enviado amanhã por volta do meio-dia", explicou, despertando a desconfiança de divergências internas no Governo sobre as propostas a partir das reações negativas de políticos, empresários e trabalhadores.

Hoje, às 17h00, o Congresso será formalmente reaberto, mas só começará a funcionar efetivamente na próxima segunda-feira. Os custos só com o pagamento extra aos parlamentares está estimado em Cr\$ 6,1 bilhões. As lideranças partidárias, mesmo as governistas, não foram comunicadas previamente sobre a convocação do Congresso pelo Presidente da República.



Ao entregar a Benevides o documento de convocação do Congresso, Passarinho admitiu alterações no projeto que aumenta alíquotas